

**SISTEMAS CONSERVACIONISTAS NO BRASIL - IMPORTÂNCIA E PROBLEMAS DE ADOÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL****J. E. Denardin**

EMBRAPA-CNPT, Cx. P. 569; 99001-970 - Passo Fundo, RS.

A soja, quando introduzida no Brasil, tomou lugar de cultura complementar no sistema tradicional de produção de trigo no Rio Grande do Sul. Ao ganhar importância econômica posicionou-se como cultura pioneira, ampliando as fronteiras agrícolas deste Estado, passando, a seguir, a avançar sobre a região dos Cerrados, chegando até as bordas da floresta tropical amazônica.

Esta expansão de fronteiras, seguida pela intensificação do uso da terra, transformou a cultura da soja, por um lado, na atividade agrícola de maior geração de divisas para o País, e por outro, na principal causa da degradação dos solos, em função de sistemas inadequados de manejo de solo, frente às condições ambientais das regiões cultivadas. A situação nacional, reinante no final da década de sessenta, caracterizada pela falta de consciência conservacionista, pela débil formação profissional em conservação do solo, pela incipiente pesquisa sobre processos erosivos e técnicas de controle e pela predominância de políticas agrícolas imediatistas, voltadas às exportações, conduziram esta cultura a sistemas de exploração sob intensa mobilização do solo, precedida, inclusive, pela queima de restos culturais, e ao uso de terras inaptas às culturas anuais.

No Rio Grande do Sul, as ações conservacionistas implementadas para contornar este problema criado podem ser claramente divididas em três grandes etapas.

A primeira etapa ocorreu na década de sessenta, embasada no plantio em contorno e no terraceamento, tendo como grande inovação na época a introdução do terraço de base larga. O sucesso desta ação ficou estampado na paisagem do Rio Grande do Sul, sendo o estado com o maior índice de área terraceada no País.

A segunda grande etapa transcorreu na década de setenta, na qual, muito embora, o grande indicador de conservação do solo fosse ainda o terraceamento, a redução do preparo do solo e a manutenção da palha na lavoura, através da introdução dos sistemas preparo mínimo e plantio direto, constituíram-se em marcos revolucionários nos conceitos conservacionistas. No final desta década, a Comissão Estadual Coordenadora da Conservação do Solo no Rio Grande do Sul, promoveu o Projeto Integrado de Uso e Conservação do Solo, com o objetivo geral de eliminar a queima de palha, reduzir a intensidade de preparo do solo e evitar os pousios no inverno, estabelecendo-se culturas de cobertura, principalmente onde o trigo deixava de ser cultivado. O nível de adoção das práticas difundidas neste projeto pode ser avaliado, de forma parcial, por meio de dados levantados pela EMATER/RS numa área de 1.261.654 ha, abrangendo 71 municípios. Nesta área a queima de palha ficou limitada a 8 % e a cobertura de solo no inverno simplesmente para a sua proteção, atingiu 52 %. De uma forma mais abrangente a nível de Estado, o sucesso desta etapa pode ser visualizado pela área cultivada no inverno com culturas, como aveia preta, aveia branca e ervilhaca, utilizadas para pastoreio, produção de grãos ou simplesmente para cobrir o solo, que passaram a somar mais hectares que

aquela tradicionalmente cultivada com trigo, cevada, centeio e triticale. Outra alternativa para visualizar a adoção de tecnologia nesta etapa é através da sensível redução da intensidade de mobilização do solo, proporcionada pela substituição do arado pelo escarificador. Esta substituição pode ser facilmente observada no parque de máquinas das propriedades rurais, onde o escarificador se tornou um implemento indispensável, ao contrário do arado que não se faz mais presente com tanta freqüência. Considerando o índice de adoção de tecnologia no meio rural, a forma como ocorreu a adoção do escarificador foi relativamente abrupta. Algumas indústrias do setor chegaram a aumentar as vendas em mais de dez vezes a sua média histórica num único ano; outras indústrias incorporaram este tipo de implemento em suas linhas de montagem; e até mesmo novas fábricas, específicas para este fim, se instalaram no Estado, buscando atender a demanda criada. Contudo, o conhecimento em plantio direto nesta década, voltado quase que exclusivamente à sua eficiência no controle da erosão, muito embora altamente convincente, por si só não sustentava o sistema e a adoção era lenta e instável.

A partir da segunda metade da década de oitenta, foram iniciados no Estado, os trabalhos em microbacias hidrográficas, objetivando, além da conservação do solo, o desenvolvimento integrado das comunidades rurais. De forma paralela, porém divorciada destes trabalhos, foram estabelecidas ações conservacionistas voltadas ao sistema plantio direto, criando-se os Clubes de Amigos da Terra. Estas duas atividades contemporâneas, porém paralelas, e em certos casos até mesmo conflitantes, marcaram a terceira grande etapa das ações conservacionistas vivenciadas pelo Rio Grande do Sul.

Os trabalhos desenvolvidos nas microbacias hidrográficas demonstraram seu sucesso ao estabelecer 315 unidades em 155 municípios, totalizando uma área de 294.000 hectares trabalhados. Os resultados positivos deste trabalho vêm sendo reconhecidos politicamente no Estado, tendo servido de modelo para o governo mobilizar ações na captação de recursos internacionais, para o estabelecimento de programas de desenvolvimento do meio rural e de preservação ambiental. Exemplo deste tipo de ação é o Projeto Pró-Guaíba, tendo o governo planos para desenvolver, a médio prazo, um projeto semelhante na bacia do Rio Uruguai.

Os Clubes de Amigos da Terra, proliferados em todo Estado, são os responsáveis, praticamente pela totalidade da atual área de aproximadamente 300.000 ha cultivada sob o sistema plantio direto no Rio Grande do Sul. Suas mobilizações, em conjunto aos demais clubes do País, levaram à criação da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha e, como consequência de mobilizações ao nível internacional, à criação da Confederação de Associações Americanas para a Produção Agropecuária Sustentável.

A partir de 1992, a industrialização de mecanismos de adaptação de semeadoras convencionais para o plantio direto, solucionou o maior e mais importante entrave para a adoção deste sistema nas pequenas e médias propriedades rurais. Este fato, aliado à redução do custo de produção agrícola que o plantio direto vem proporcionando e a execução de um novo projeto de difusão deste sistema, principalmente a nível de microbacias hidrográficas, poderá expandir significativamente a área sob plantio direto e, certamente, se constituir numa nova grande etapa conservacionista no Rio Grande do Sul.